

28 MAI 1995

Temos que nos adaptar à economia aberta" 90

Industriais evitam críticas à taxa de juro

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Na comemoração do Dia da Indústria, ontem, os empresários que participaram do seminário "Custo Brasil. Diálogo com o Congresso Nacional", promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), não centraram suas críticas na elevada taxa de juro e conseqüente redução do nível de atividade. Ao contrário, citavam como principais problemas para a produção a carga tributária desigual, com sobretaxação do setor industrial, os encargos trabalhistas, os sistemas de saúde e de educação precários, infra-estrutura de transportes obsoleta, excessiva regulamentação da economia, deterioração das telecomunicações e estrangulamento do sistema energético.

Sérgio Haberfeld, do grupo Toga, que fabrica embalagens flexíveis e rótulos para as cervejarias Brahma/Skol, Antarctica e Kaiser, justificou a ausência de críticas às taxas de juro no depoimento que fez sobre o custo Brasil. "O governo está certo", disse. Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente para combater a inflação e isso tem de ser conseguido mesmo que o ônus seja a recessão, argumentou.

O presidente da CNI, Mário Amato, também não mencionou em seu discurso de abertura do seminário as dificuldades da indústria com a alta dos juros. Consultado depois sobre o assunto, disse que o governo está sensível com os problemas da produção e já baixou um pouco a taxa. "A primeira mensagem que a indústria deseja transmitir é que parcela expressiva das nossas leis e instituições foi construída para um regime de economia fechado, ultrapassado no tempo. O grande desafio que se apresenta para o País é



Mário Amato

adaptar nossa legislação, nossas instituições e organizações para um regime de economia aberto", priorizou.

Estavam presentes no seminário da CNI expoentes do Congresso, como os deputados Antônio Delfim Netto (PPR-SP), Alberto Goldman (PMDB-SP), José Carlos Aleluia (PFL-BA), relator da emenda do transporte de cabotagem, que deverá ser votada na próxima terça-feira, Antonio Kandir (PSDB-SP), José Roberto Ponte (PMDB-RS), que tem uma proposta de reforma tributária encampada por seu partido, e o representante do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno (SP), entre outros.

As Principais críticas ao governo partiram de Delfim Netto e não dos empresários. "Com a taxa de câmbio desequilibrada o governo não vai reduzir os juros. O Brasil é o maior peru disponível no universo. Aqui o investidor ganha em 6 semanas o que ganharia em 52 semanas no exterior. A taxa de juro não pode baixar senão o governo não financia o déficit em conta corrente", disse. Para o deputado, enquanto o governo não reduzir os juros não haverá sobras no orçamento para investimentos em infra-estrutura e, sem isso, os ganhos de produtividade do setor privado "serão comidos". A taxa de juro

elevada corta a oferta e não o consumo, disse, fazendo coro com Paulo Cunha, do grupo Ultra. Ele insistiu em que para o Brasil sair do "dilema perverso" — aumento do consumo com inflação ou recessão com estabilidade — terá de se preocupar com o aumento da produção e dos investimentos. Para isso é preciso reduzir a carga tributária. Esse ponto foi o mais destacado pelos empresários. A Asea Brown Boveri, corporação com volume de US\$ 32 bilhões por ano e presente em 140 países, paga US\$ 138 por qualquer insumo de produção (máquina ou equipamento) que na média mundial custa US\$ 100. Segundo o vice-presidente executivo do grupo, José Augusto Marques, "em nenhum outro país do mundo encontramos quem taxe em 38% seus investimentos produtivos".

O presidente do grupo Fiat, Silvano Valentino, destacou como principal fator de encarecimento da produção local a cobrança de impostos em cascata ao longo de todas as etapas da cadeia produtiva. O PIS e a Cofins, apesar de serem cobrados por meio de alíquotas reduzidas (2,65% no conjunto de ambos os impostos), acabam impactando o produto final.

Valentino salientou, contudo, que o custo elevado dos investimentos produtivos realizados no Brasil é "um ponto crucial" do custo Brasil. "Os investimentos no Brasil tornam-se cerca de 20% mais caros do que em países que competem conosco na atração de novos investimentos. A eliminação desses entraves é crucial para que possamos alavancar uma nova onda de investimentos visando à melhoria de nossa competitividade e a ampliação da capacidade produtiva", argumentou.